

#7

Jimmie Durham e a estranha normalidade brasileira

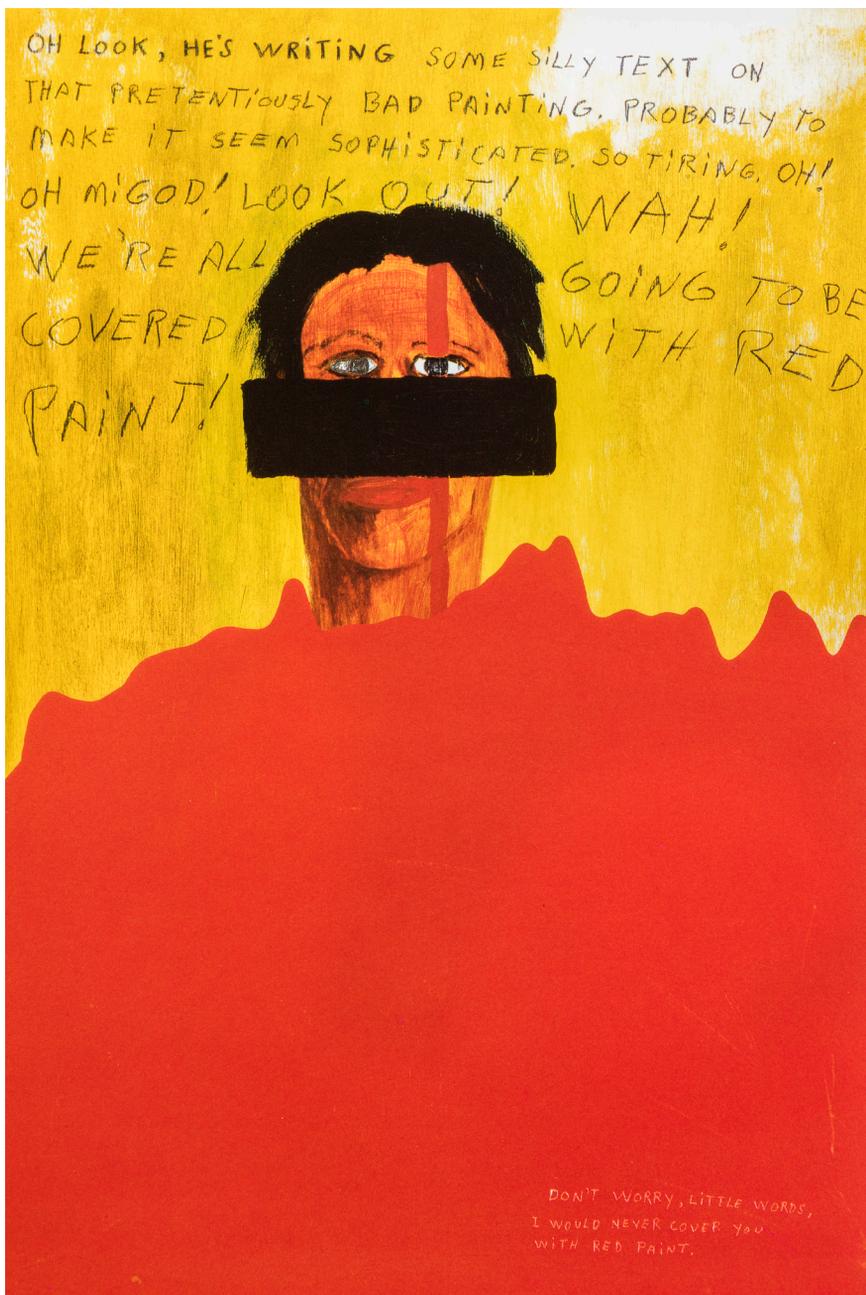
MAÍRA DAS NEVES

MASP Afterall

2020

Arte e descolonização

O MASP e o Afterall — centro de pesquisa dedicado à arte contemporânea e às histórias das exposições — estabeleceram uma parceria de estudos sobre o tema arte e descolonização. A iniciativa pretende questionar as narrativas oficiais e a configuração eurocêntrica do mundo da arte como uma história totalizante, produzindo também novas leituras sobre acervos e coleções de museus e exposições, por meio de workshops e seminários, além de publicações de artigos. O projeto aborda o surgimento de novas práticas artísticas e curatoriais, que questionam e criticam explicitamente os legados coloniais na arte, na curadoria e na produção de crítica de arte. Pretende-se que os eventos promovidos por esta parceria do MASP e do Afterall estimulem novas discussões e pesquisas sobre descolonização, decolonialidade e estudos pós-coloniais.



JIMMIE DURHAM
Sem título, 1992
Acrílica sobre tela e compensado, 78 x 83 cm
Cortesia do artista e Kurimanzutto, Cidade do México

Jimmie Durham e a estranha normalidade brasileira

MAÍRA DAS NEVES

1. Neste texto, coletivos de gênero misto não estarão no masculino e sim em aberto, com apóstrofes. Este exercício de despatriarcalização se restringe apenas à minha escrita e às minhas traduções, sempre que o original em inglês for de gênero neutro.

Habitante de diferentes mundos, Jimmie Durham nos proporciona uma espécie de visão em paralaxe ao oferecer, com linguagens ocidentais, um acesso a pensamentos extraocidentais. Seu trabalho opera como um espelho multifacetado que reflete modos de pensar-sentir, deforma o normal e permite vislumbrar outras possibilidades de existência. Assim, a história dos conquistadores é posta em xeque, o modo de viver e de pensar ocidentalizado é desnaturalizado.

Dessa maneira, críticas contundentes ao processo colonial e ao pensamento ocidental moderno são fundamentais na obra do artista, o que a torna bastante relevante para o Brasil. Em suas raras aparições no país, Durham não comentou especificamente a arte brasileira ou nossa noção de antropofagia cultural, optando por focar nas características e nas consequências da mentalidade colonial da nossa sociedade. Por essa razão, este texto reúne e traduz ao português escritos do artista relacionados ao Brasil e trata de suas duas exposições no país.¹

Sua primeira atividade no Brasil foi em 2005. Após declinar o convite para participar do ciclo de Seminários Internacionais da 27ª Bienal de São Paulo, falou no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e convocou um boicote à Bienal de 2006:

Pensei que poderia usar o Fórum para falar com o Brasil. Este foi meu discurso:

Quero tentar falar ao Brasil hoje. Quero falar com as pessoas do Brasil e desafiá-las, mas no espírito da solidariedade. Aqui no Brasil existe uma

situação que deve ser vista como absolutamente intolerável no século 21.

No sistema legal brasileiro, os povos indígenas não são vistos como seres humanos.

Vou repetir: o Brasil não vê 's índi's do país como totalmente human's, com direitos humanos totais. As pessoas daqui dizem, "'s noss's índi's", "'s noss's índi's"!

Essa situação não existe em lugar nenhum do mundo. Os povos indígenas das Américas são maltratados em todos os países, mas só no Brasil eles são vistos legalmente como menos que humanos.

Sei muito bem qual é a desculpa, a história e o raciocínio por trás desse fenômeno. Ouvi a explicação de oficiais do governo e de antropólogos por mais de 30 anos.

Estou aqui para dizer que agora vocês precisam mudar.

Agora o Brasil tem a oportunidade de mudar.

Não tem futuro nas Américas há 500 anos. Os Estados Unidos, é claro, convenceram boa parte do mundo de que eles têm o futuro, mas o que têm é dinheiro e armas. O Brasil tem agora a oportunidade de fazer um novo futuro nas Américas.

É preciso haver uma lei melhor. Os povos indígenas devem ter direitos legais integrais, direitos humanos e uma completa proteção da lei. Chega de "parques", onde comunidades indígenas são tratadas como espécies em extinção, e chega de índi's sem-terra. Comunidades indígenas devem possuir territórios que são delas por direito, assim como o direito a desenvolvimento econômico e cultural, educação, em português e em seus próprios idiomas, com os mais elevados padrões acadêmicos. E mais, é preciso amparar ainda mais essas comunidades da exploração, com uma proteção legal ainda maior de direitos e vidas individuais, porém sem mais paternalismo. Devido à história terrível, certamente isso é complicado e não pode ser tratado de maneira simplista ou sem total envolvimento de tod's 's brasileiro's.

Eis aqui algumas ideias possíveis para um começo: recentemente, na Austrália, testemunhei

2. DURHAM, Jimmie. *The Second Particle Wave Theory*. Banff: Banff Centre Press, 2005, pp. 45-46. Tradução da autora.

3. *Ibid.*, pp. 44-45. Tradução da autora. Grifo do artista.

e participei de uma nova tradição social. Aborígenes pediram que tod's australians iniciassem qualquer fala pública declarando reconhecimento do grupo aborígene que já possuiu aquela terra. De maneira que, por exemplo, aqui em Porto Alegre, eu poderia ter começado minha fala dizendo que reconheço estar na terra d's guaranis. O povo australiano tem também um *Day of Mourning*, quando o público em geral é chamado a se desculpar pelo modo com que 's aborígen's são tratad's. É claro que fazem piadas racistas em relação a esse dia e há muitas atitudes ignorantes, mas isso serve também para expô-las. Uma última coisa: a Bienal de São Paulo é conhecida internacionalmente. Acreditamos que se houvesse uma Bienal de Joanesburgo, na África do Sul, durante o *apartheid*, a maioria d's artistas não participaria. Eu sou um índio americano e estou aqui para dizer que nós somos tão human's quanto vocês. Por que não boicotar a Bienal de São Paulo? Como não boicotar?²

O boicote não aconteceu, a ideia caiu mal no circuito de arte brasileiro. Durham comenta no ensaio:

Era minha primeira visita ao Brasil, apesar de ter viajado, nos anos 1970, por todas as Américas, de norte a sul, exceto Brasil. Não havia motivos para ir lá; só era possível encontrar grupos indígenas com a permissão do governo, e o governo era uma ditadura militar. [...] Fui em 2005 porque pensei que havia chance de começar algo. Gilberto Gil [...] era ministro da cultura do novo governo e Maria Thereza Alves havia sido representante do Partido dos Trabalhadores nos Estados Unidos no começo dos anos 1980.³

Era um momento de otimismo. Estávamos na época de levar iluminação para tod's, tempo de comprar geladeiras, o progresso viria do consumo para o crescimento da classe C. O puxão de orelha na sociedade parecia ser uma crítica àquele governo, mas isso ninguém queria. Mudança social e melhores leis para os povos indígenas não eram priori-

4. CUNHA, Manuela Carneiro da. "O futuro da questão indígena". In: *Índios no Brasil. História, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 128.

5. *Ibid.*

6. CUNHA, Manuela Carneiro da. "Introdução a uma história indígena". In: *Índios no Brasil. História, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 21.

7. Lei 6.001, de 19.12.1973.

8. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. "Os índios não são incapazes". Disponível em https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Os_indios_nao_sao_incapazes.pdf. Acesso em 15.1.2018.

9. BRASIL. "Histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista". Disponível em http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Historico-Estatuto_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em 1.2.2018.

dade. A defesa ao inédito governo dos trabalhadores parecia impedir que a crítica colonial fosse assimilada. Olhar no espelho das palavras de Durham incomoda. Seria mesmo verdade que, legalmente, os povos indígenas brasileiros são considerados menos que humanos?

A situação legal d's indígenas hoje é definida em três instâncias: por um dispositivo no Código Civil de 1916, pelo Estatuto do Índio e pela Constituição de 1988. Indígenas têm direitos constitucionais. A Constituição trata sobretudo de terras indígenas, de direitos sobre recursos naturais, de foros de litígio e de capacidade processual. Pela Constituição, as terras indígenas são de propriedade da União e de posse inalienável e usufruto exclusivo d's índi's. Portanto, as reservas indígenas não pertencem aos seus povos.⁴

Já o Código Civil trata da tutela, com a desculpa de fornecer proteção especial a's indígenas até que sejam completamente integrad's à civilização do país. Na época imaginava-se (ou desejava-se) que el's deixariam de existir. "Tutela" significa que indígenas são apenas "relativamente capazes".⁵ Legalmente são considerad's human's, mas human's de capacidade limitada, como etern's adolescentes irresponsáveis, que precisam de tutor, de acompanhante para viajar ao exterior, para comprar camisinha, bebida alcóolica, e, principalmente, para fazer negócios. Essa tutela é realizada atualmente pela Fundação Nacional do Índio (Funai), um órgão indigenista estatal.⁶ O Estado brasileiro apresenta uma atitude paternalista em relação 's "noss's índi's" e realmente 's considera seres inferiores na esfera legal, enquanto garante soberania e propriedade do território.

O Estatuto do Índio ainda em vigor data de 1973⁷ e está, no mínimo, desatualizado.⁸ O documento regula por menores dos direitos indígenas seguindo o princípio do Código Civil de que indígenas são "relativamente capazes" e devem ser tutelad's até que estejam "integrad's à comunidade nacional". A Constituição, contudo, já havia abandonado a perspectiva assimilacionista reconhecendo o direito de manterem a própria cultura.

Houve um processo de revisão do Estatuto, entre 2006 e 2009, pela Comissão Nacional de Política Indigenista, que resultou no Estatuto dos Povos Indígenas. No entanto, o projeto foi engavetado, não substituindo efetivamente o anterior.⁹ O novo Código Civil de 2002 retirou 's indígenas da categoria de "relativamente capazes" e dispôs que a capacidade d's índi's será regulada por legislação especial.

10. FORSTER, Paula. "Um grito na paisagem". *Estado de S. Paulo*, 6.11.2017. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/um-grito-na-paisagem/>. Acesso em 1.2.2018.

11. FILHO, Antonio Gonçalves. "O americano que provoca na Bienal". *Estado de S. Paulo*, 19.10.2010. Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/blogs/bienal/o-americano-que-provoca-na-bienal/>. Acesso em 6.2.2018.

12. NAVAS, Adolfo Montejo. "Jimmie Durham desmistifica chavão estético". *ARTE!Brasileiros*, n. 8, mar./abr. 2011, pp. 26-28.

13. MOURA, Irene Barbosa de. "O monumento e a cidade. A obra de Brecheret na dinâmica urbana". *Revista Cordis*, n. 6, 2011, p. 2.

Desde a promulgação da Constituição, propostas tramitam no Congresso para rever o conjunto de leis relativo a seus direitos. Em terra governada pela bancada do boi, da Bíblia e da bala, é evidente que tais revisões permanecem paralisadas. "Eu defendi o capítulo dos direitos dos índios que está na nossa Constituição de 1988, mas ele tem sido tão desmerecido que eu continuo lutando pelos mesmos direitos até hoje", comenta Ailton Krenak.¹⁰

Apesar dos debates públicos, com comissões e discussões entre lideranças e políticos, a situação legal d's indígenas no Brasil não melhorou. Em 2010, Durham muda sua estratégia em relação à Bienal de São Paulo e aceita participar da 29ª edição. Seu trabalho iria "mostrar aos brasileiros elementos nocivos de sua própria cultura". Em entrevista, afirmou que "o Brasil é mais ou menos parecido com os Estados Unidos no que diz respeito à constante defesa do genocídio como uma condição para o desenvolvimento da nação".¹¹ A instalação *Bureau for Research into Brazilian Normality* [Centro de pesquisa sobre a normalidade brasileira] é "uma peça concebida como um ataque ao Brasil".¹²

Durham reuniu elementos da estranha normalidade de São Paulo em uma instalação dedicada a bandeirantes contemporâneos. Objetos, imagens, recortes de jornal e impressos foram dispostos como em um museu etnográfico ou sala de estudos. Esse espaço documental, com vitrines e mesas, apontava a influência dos Estados Unidos nos valores d's paulistan's e evidenciava a presença atual de "bandeirantes" na cidade: no próprio nome do Palácio do Governo de São Paulo, em ponte, escultura, rua, avenida, hospital, empresa de comunicação, escola e, principalmente, no Monumento às Bandeiras (1953). Na saída da instalação, um derradeiro objeto nos encara: um espelho. O artista esclarece assim qualquer traço de dúvida sobre os bandeirantes de hoje. Uma das últimas imagens que levamos dessa apresentação da normalidade brasileira é nosso próprio rosto.

O Monumento às Bandeiras é um marco do orgulho paulista na cidade. Elaborado por Victor Brecheret (1894-1955) em 1920 e inaugurado em 1953,¹³ o monumento afirma ideais de progresso e de empreendedorismo, alinhados ao modernismo da época, e resgata o papel dos bandeirantes como heróis. A função do monumento para Durham, no entanto, é outra: "Monumentos são, em toda parte, marcos de crença e de morte, mas nas Américas eles são, em sua maioria, tão especificamente *contra* a gente. Eles celebram

14. DURHAM, Jimmie. 2005, *op. cit.*, p. 49. Tradução da autora. Grifo do artista.

nossa submissão e suposto desaparecimento”.¹⁴ O monumento teve apoio de artistas modernistas e ganhou apelidos como “deixa que eu empurro” — só as figuras do negro e do índio ao fundo parecem empurrar a canoa. Sua aceitação pública e sua importância pareciam indiscutíveis. Claro que não posso provar o efeito da instalação de Durham, mas prefiro imaginar que o trabalho colaborou para uma ressignificação do monumento no imaginário coletivo. Três anos depois, um protesto por demarcação de terras indígenas terminou estrategicamente no Monumento às Bandeiras. A escultura amanheceu coberta de tinta vermelha com os dizeres “Bandeirantes assassinos”. Durham publicou uma carta de apoio na ocasião:

VANDALISMO

Nas Américas, genocídio é tão celebrado. Claro que ele é negado, justificado, explicado. Porém, ao mesmo tempo, ele é celebrado. Os bravos matadores que desbravaram as florestas. Assassinos, como foram recente e adequadamente chamados pelos indígenas que picharam a enorme escultura dos bandeirantes, de Victor Brecheret, no parque Ibirapuera, em São Paulo, em outubro de 2013.

Quando ouvi essa notícia, meu coração, minha mente e meu espírito se alegraram. Em 2010, participei da Bienal de São Paulo e todos os dias tinha que passar na frente dessa, para mim, monstruosidade horrenda. Sempre imaginava como seria legal se um enorme trem de carga descarrilhasse e batesse em cheio nesse monumento ao assassinato. Ele é um entre muitos monumentos similares — como se ‘s cidadã’s precisassem ser constantemente lembrad’s de sua história, de sua culpa. Neste ensaio eu ofereço minha mais sincera gratidão às pessoas que atacaram a escultura opressiva e feia de Brecheret.

Na cidade de Nova York, há uma estátua de Theodore Roosevelt (1858-1919) montado triunfantemente em um cavalo. Atrás dele, há um afro-americano e um índio americano andando de modo comedido, não tanto a segui-lo, e sim como se fossem sua propriedade. Esse monu-

mento recebe o público na entrada do American Museum of Natural History.

Nos anos 1960, índi's american's, amig's noss's, jogaram tinta vermelha nele mais de uma vez; um gesto simbólico que não mudou a atitude d's branc's, mas nos deu coragem.

Anos depois, na década de 1970, mudei-me para Nova York para trabalhar na Organização das Nações Unidas (ONU), no Conselho Internacional dos Tratados Indígenas. Uma grande prioridade era organizar uma conferência d's índi's das Américas na sede da ONU, em Genebra. Foi necessário conversar com líderes indígenas do Canadá, México, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Peru, Bolívia, Argentina. Mas foi impossível falar com qualquer liderança do Brasil. Índi's brasileir's não eram livres para ir a conferências internacionais, nem para formar organizações nacionais. Agências governamentais, antropológ's e missionári's cristã's falavam por el's, agiam por el's.

Mesmo no novo século, 's índi's brasileir's ainda não foram reconhecid's como totalmente human's pela Constituição. Tal situação, que deve ser vista como intolerável, é justificada como sendo boa para 's índi's, por protegê-l's do sistema jurídico. Tais pessoas parecem não perceber que isso não funciona, de forma alguma: 's índi's são perseguid's, expuls's de suas terras, assassinad's constantemente. Muito mais importante, e jamais observado (exceto, talvez, com certo orgulho perverso de uns indivíduos que são encontrados no Texas também), é o subtexto óbvio, que é o verdadeiro texto: já se disse que o Brasil não consegue proteger os povos indígenas do próprio Brasil.

O Brasil não consegue proteger os povos indígenas do Brasil. Nesse caso, o que acontece? Se os povos indígenas pegassem em armas sofisticadas e reagissem com método, decerto o Brasil revidaria vigorosamente. Em outras palavras, o Brasil se protegeria d's índi's.

Se as Américas fossem o lar de ex-colonizador's normais e racionais, como fingem ser, essa terrível situação seria enfrentada por algum conselho de

15. Getúlio Vargas ratificou a Convenção em 1952. Ver BRASIL. "Decreto N° 30.822, 6.5.1952". Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30822-6-maio-1952-339476-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em abr. 2019.

nações americanas. Mesmo com o incrível desenvolvimento de alguns países sul-americanos, tal organização não agiria em nome dos direitos indígenas. Em pleno século 21, ainda vivemos em países primitivos, triunfalistas e não racionais, que são espólios de genocídio.

Posso até imaginar cert's brasileir's complacentes, sentad's com suas cervejas, dizendo: "Você não pode chamar de genocídio, porque genocídio é um ato deliberado. O que acontece no Brasil é puramente acidental. Ninguém sai com a intenção de cometer genocídio contra os povos indígenas". Porém, acho que a pessoa usaria o verbo no passado. Creio que ela diria que o que passou, passou. É triste, mas é preciso seguir em frente.

Há muitos anos digo que não estamos no passado; nossos problemas com os países americanos onde estamos não estão no passado. O genocídio de povos indígenas nas Américas não está no passado. A ONU criou uma convenção contra o genocídio após a Segunda Guerra Mundial. Essa convenção está redigida e detalhada. Quando a ONU elabora uma convenção, uma Carta é enviada para os países-membros para que ela seja ratificada. Naquela época, os Estados Unidos não ratificaram a Convenção contra o Genocídio.

Em 1977, nós preparamos, para apresentar à ONU, um documento com fatos e evidências do genocídio continuado dos povos indígenas nos Estados Unidos. Não exageramos nem atenuamos os fatos.

Aposto que o Brasil também não ratificou a Convenção contra o Genocídio.¹⁵ E aposto ainda que, se os povos indígenas levassem o caso à ONU, muit's brasileir's se sentiriam insultad's. Muit's se sentiriam traíd's.

Nas Américas, há duas nações gigantescas que mais produziram narrativas sobre seus "primórdios": Estados Unidos e Brasil. Os mitos inventados, dos bandeirantes, dos pioneiros, dos caubóis, são motores ativos que impulsionam suas culturas. Por isso, qualquer ameaça a qualquer aspecto desses mitos é respondida com uma raiva infantil. Contudo, as histórias dos pioneiros e dos

16. DURHAM, Jimmie. "Vandalism". *Periódico Permanente*, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-4/textos/vandalism>. Acesso em 1.12.2017. Tradução da autora.

17. MOIROUX, Sophie. "Devemos imaginar a antropologia antropologicamente – Entrevista com Jimmie Durham". *Revista de Antropologia*, v. 56, n. 2., 2013, pp. 585-86.

bandeirantes são destrutivamente mentirosas. Bandeirantes escravizaram, estupraram e mataram índi's, roubaram terras e criaram monstros com sua própria prole. Se fizeram tudo isso com uma bondade alegre, tanto pior. Muito mais terrível. Se eles, de sua parte, se consideravam inocentes, é ainda mais terrível. Mas quem os admira hoje não é inocente. Estupidez nunca é inocente. Bandeirantes não são os fundadores de São Paulo, nem do Brasil. São fundadores de uma situação lastimável que o povo negro brasileiro precisa contornar. E que o povo europeu pobre de hoje, como o ucraniano e o polonês, precisa contornar. E que, certamente, a maioria dos povos indígenas precisa contornar — viver de forma miserável em um país que celebra seu genocídio. O prefeito de São Paulo deveria dar prêmios — e mais tinta *spray* — a's artistas que fizeram a intervenção no tolo monumento de Victor Brecheret.

Jimmie Durham,
Sila, Calábria, 11 de outubro de 2013.¹⁶

Ainda em 2010, Durham mostrou uma faceta mais ficcional, porém não menos crítica, em sua individual *Provas circunstanciais do Brasil* (Galeria Progetti, Rio de Janeiro).

Materiais apropriados e combinados entre si configuravam narrativas pelo espaço, textos em primeira pessoa davam voz aos objetos. Como nesses excertos da obra *Petrônio Cortes* (2010):

Enecaaruca, companheiros brasileiros e convidados internacionais e *enepytuna catu!* Meu nome é Petrônio Cortes e eu sou uma pedra; *ita*, diríamos em tupi, da família das porfiroides. [...] Como o basalto, nós somos, contudo, todas vulcânicas na origem, então pode-se afirmar que nós fizemos o Brasil. A maioria dos meus amigos me chama de "Itaici". Por muitos milhões de anos, *mutan!*, morei no *ybyty*, o *jopik oron*. (Claro eu também *nheen* na língua Krenak, *et bien-sûr un peu de français*.) [...] ¹⁷

18. GRIFFIN, Jonathan. "Elements from the Actual World". *Art in America*, 25.4.2017. Disponível em <https://www.artinamericamagazine.com/news-features/magazines/elements-from-the-actual-world/>. Acesso em 10.3.2019. Tradução da autora.

19. CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010, p. 73.

O longo texto mistura línguas e expõe nossa ignorância. É impossível acompanhar a pedra, não falamos idiomas nativos. Durham não traduz: "O que eu quero que entendam é que não conseguem entender".¹⁸ Esse trabalho aponta assim para uma das urgências da causa indígena e também para uma das propostas de Silvia Rivera Cusicanqui para a descolonização: falar e pensar também com idiomas nativos.¹⁹ Aquela pedra reivindica ter feito o Brasil, contradizendo a narrativa dos bandeirantes. Em outro ensaio, Durham comenta a exposição:

Uma mudança aconteceu em meu trabalho em uma exposição no Rio de Janeiro, alguns anos atrás. A artista brasileira Maria Thereza [Alves] e eu somos parceir's há 35 anos, mas fui ao Brasil só uma vez, e sem ela. Até que fomos junt's porque estaríamos na Bienal de São Paulo. Passamos cinco meses entre São Paulo e Ubatuba — onde a família dela mora —, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em uma feira de antiguidades de São Paulo, encontrei um bloco grande de jacarandá, não uma tora, mas um bloco quadrado: a parte externa havia sido aparada. Tinha por volta de 120 cm de altura por talvez 75 ou 80 cm de largura e 60 cm de profundidade. Magnífico. Para mim, foi como encontrar um diamante gigante. Esculpo peças pequenas dessa madeira incrível desde os anos 1960, mas não sabia que ela podia ser tão grande.

Ela foi cortada há pelo menos 100 anos, provavelmente muito mais, por motivos e usos desconhecidos. Deve ter sido apenas a rebarba da ponta de alguma viga realmente impressionante. Quando digo que foi como encontrar um diamante gigante, é só para tentar descrever a sensação intensa que tive. O pedaço de madeira é como uma relíquia sagrada. Mais ainda. Essas árvores não existem mais no Brasil, já quase não há jacarandá algum. Todas viraram cadeiras e escrivaninhas chiques em Viena ou Boston.

Toda a mata atlântica litorânea do Brasil foi mais que dizimada, as florestas Amazônica e interiores estão sendo rapidamente desmatadas. Em armazéns com madeiras recuperadas, vigas

20. GAD, Amira; BLANCHFLOWER, Melissa (Eds.). *Various Items and Complaints: Jimmie Durham*. Londres: Serpentine Gallery, 2015, p. 142. Tradução da autora.

21. ANJOS, Moacir dos. "Arte índia". *Revista Zum*, 09.6.2016. Disponível em <https://revistazum.com.br/colunistas/arte-india/>. Acesso em 15.1.2018.

antigas e pedaços de móveis de todo o Brasil se encontram belas peças de madeira maciça, em geral de madeiras não mais facilmente identificáveis, ou que já nem existem.

Decidi que a exposição no Rio seria feita de madeira antiga, e que cada peça tentaria falar; ou seja, eu daria um texto a cada uma – não sobre sua história ou dilema, mas sobre algo inesperado.

Meu ateliê ficava em uma antiga fábrica no [bairro de] Santo Cristo, todo dia eu trabalhava nessas belas relíquias. Cada dia eu ficava mais doente: vermelhidão na pele, olhos inchados, dificuldade de respirar. É que a maior parte das madeiras maciças sul-americanas são tóxicas de se trabalhar.

Depois desta exposição, passei a trabalhar mais com madeira na Europa.²⁰

A exposição de Durham no Rio mergulha em nossa história colonial com ficções e objetos, "provas circunstanciais". Se sua obra na Bienal aponta os agentes do pensamento colonial, a do Rio mostra rastros de seus efeitos. Sobras. Assim como o lugar concreto e simbólico destinado para indígenas, diz Moacir dos Anjos. Em seu artigo recente "Arte índia", o teórico afirma que o apagamento e a exclusão, próprios da história desses povos em quase todo espaço de representação sensível, inclui o campo das artes visuais. Apesar das vozes minoritárias que se dedicam parcial ou completamente à questão indígena, ela permanece "quase totalmente à margem do campo de representações visuais produzidas pelos artistas do país".²¹

Para se descolonizar o pensamento da sociedade brasileira, Jimmie Durham mostra ser também fundamental rever o próprio imaginário ocidental, a ideia de cultura civilizada e progressista. Segundo ele, "não é fácil ser inteligente nas Américas, porque somos tão supercolonizados, enquanto colonizadores não admitem ser colonizadores, portanto, não admitimos facilmente que somos colonizados".²² Nosso processo colonial ocorre internamente e internacionalmente:

Concomitante com a imigração é a colonização. Nestes dias de cooperação internacional, a colonização direta já não é necessária: recentemente,

22. MOIROUX, Sophie. 2013, *op. cit.*, p. 580.

23. DURHAM, Jimmie. "O rei da Sardenha". *Caderno Sesc_Videobrasil*, n. 8, 2012-2013, p. 27.

24. MEDEIROS, Étore. "As dinastias da Câmara". *Pública. Agência de Jornalismo Investigativo*, 3.2.2016. Disponível em <https://apublica.org/2016/02/truco-as-dinastias-da-camara/>. Acesso em 5.2.2018.

25. DURHAM, Jimmie. 2012-2013, *op. cit.*, p. 27.

26. Hans Staden foi um mercenário alemão que viajou ao Brasil duas vezes. Em uma dessas incursões, foi capturado por Tupinambás e viveu nove meses sob o poder desses indígenas. Ao retornar para a Alemanha, escreveu o livro *História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão*, também conhecido pelo título *Duas Viagens ao Brasil*, em 1557. [N. da E.]

o embaixador britânico no Brasil marcou um encontro com a presidenta Dilma para que esta o ajudasse a resolver um problema econômico da Grã-Bretanha. Se li corretamente o artigo do jornal, as taxas de crédito da Inglaterra serão afetadas negativamente caso sua indústria de minério não seja capaz de fazer subirem os lucros. Isso, por sua vez, recai sobre a abertura de uma nova mina no Brasil. Em função das regulações mais restritivas no Brasil, a mina inglesa não poderia ser aberta; daí que o embaixador pede um favor especial (pelo qual, penso eu, ele teria prometido algo em troca em um futuro próximo).²³

Já nosso colonialismo interno pode ser visto, por exemplo, na composição da Câmara dos Deputados, na qual quase metade dos deputados são herdeiros de famílias cujo poder político, em alguns casos, remonta ao período colonial.²⁴

Essa exploração parece perfeitamente natural aos povos europeus que se chamam mexicanos, argentinos e assim por diante. Eles não têm outro relacionamento com a terra. As nações americanas são construções coloniais contra a terra. De outro modo, não é curioso que cada político desses dois continentes, chamado de "conservador", seja também contra a proteção e a salvaguarda da terra? Por que eles não a querem conservar? Seu "conservadorismo" é sempre radicalmente favorável à maior rapinagem de estilo colonial.²⁵

Por fim, um poema de Durham, escrito lá onde Hans Staden (1525-1576)²⁶ não foi comido:

QUAL É A MELHOR COISA PRA SE COMER?

Qual é a melhor coisa pra se comer?
Quiabo frito no fubá.

Não, espera; bagre frito no fubá.
Uma receita para molho tártaro:

Bata um ovo e azeite de oliva com

27. ["What's the Best Thing to Eat?": What's the best thing to eat?/
Okra fried in cornmeal./
No, wait; catfish fried in cornmeal./
A recipe for tartar sauce:/Whisk an egg in olive oil with/A few drops of lemon juice,/ Until is thick./
Chop onions, capers, garlic,/Parsley and dried chili pepper./Mix it up./
Which tartars, I don't know;/Are there catfish in the River Don?/
Sturgeon, I know, with caviar./
Add chopped onion and parsley,/A little hot water,/ To the left-over cornmeal,/ Roll it into balls,/Fry it up./
Ubatuba, October 2010.]
DURHAM, Jimmie. *Poems That Do Not Go Together*. Berlin: Edition Hansjörg Mayer, 2013, p. 93.
Tradução da autora.

Algumas gotas de suco de limão,
Até ficar espesso.

Pique cebolas, alcaparras, alho,
Salsinha e pimenta vermelha seca.
Misture.

Quais tártaros, eu sei não;
Existem bagres no rio Don?

Esturjão, eu sei, com caviar.
Adicione cebola e salsinha picadas,
Um pouco de água quente,

Para a sobra de fubá.
Faça bolinhos,
Frite.

*Ubatuba, outubro de 2010*²⁷

MAÍRA DAS NEVES é artista transdisciplinar, pesquisadora e tradutora. É graduada em artes visuais pela Fundação Armando Alvares Penteado e mestra pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com pesquisa sobre a produção escrita do artista Jimmie Durham e a contribuição do artista para o contexto brasileiro. Participou de diversas exposições e residências artísticas no Brasil, entre elas, da Universidade de Verão, Capacete (Rio de Janeiro, 2009); Z/KU Zentrum für Kunst und Urbanistik (Berlim, 2014); e do Programa de Exposições do Centro Cultural São Paulo (São Paulo, 2013). Gerenciou o espaço independente Ateliê 1m2 na Bhering Studios (Rio de Janeiro, 2010-2013). É membro fundador do Nodo Local da Faircoop (São Paulo) e cursa o Programa de Estudos Independentes do Macba (Barcelona, 2019-2020), entre outras ações.

JIMMIE DURHAM (Estados Unidos, 1940) é artista, ativista e escritor cherokee, que se referencia em seu pertencimento indígena para criar seus trabalhos, desafiando e desconstruindo a hegemonia ocidental. Sua prática artística — que engloba escultura, instalação, desenho, vídeo, performance e fotografia — pode ser vista como uma extensão de seu ativismo político. Durham esteve envolvido no Movimento dos Direitos Cívicos dos Estados Unidos e serviu como organizador político do Movimento Indígena Americano. Por meio de objetos, imagens e palavras, sua prática revela os preconceitos e suposições de uma visão de mundo centrada no Ocidente, sublinhando modos de pensamento alternativos e não ocidentais.

MASP

AFTERALL

ORGANIZAÇÃO
Amanda Carneiro

DIRETORES
Charles Esche
Mark Lewis

COM A COLABORAÇÃO DE
André Mesquita
Yaiza Hernández Velázquez

EDITORES
Adeena May
Amber Hussein

DESIGN GRÁFICO
Bárbara Catta

GERENTE DE PROJETO
Lauren Houlton

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Bruno Rodrigues
Isabella Rjeille
Mariana Trevas

COORDENADORA
DE PROGRAMAÇÃO
Beth Bramich

PRODUÇÃO EDITORIAL
Amanda Negri
Jacqueline Reis
Marina Moura
Marina Rebouças
Nathalia Aragão
Sabrina Oliveira

REVISORA
Janine Armin

PREPARAÇÃO E REVISÃO
Bruna Wagner
Cecília Floresta

Arte e descolonização é um projeto de longo prazo, coordenado por André Mesquita e Mark Lewis, que apoia o desenvolvimento de pesquisas realizadas pelo Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e pelo Afterall Research Center. Essa colaboração tem o apoio da British Academy e da University of the Arts London.

EDIÇÃO 2020 © Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e os autores